



**EMENTA: REQUER INFORMAÇÕES SOBRE SERVIÇOS
TERCEIRIZADOS NOS TEATRO MUNICIPAIS,
CONFORME ESPECIFICA**

SENHOR PRESIDENTE,

Apresentamos à consideração da Casa o seguinte:

Consta que há terceirização e serviços técnicos nos Teatros Municipais situados no Espaço Cultural Prof. Antônio Palocci, Alto do Morro de São Bento e que não se permite o uso daqueles próprios municipais, por usuários, sem que ocorra o acompanhamento técnico dos prepostos da empresa em questão, e quando os mesmos se encontram em recesso, certamente previsto contratualmente, tal uso é suspenso.

Também consta que passado o período da pandemia, contratos de terceirização de atividades e oficinas artístico-culturais vigentes anteriormente, foram restabelecidos.

Posto isto, e para subsidiar ação fiscalizatória e estudos parlamentares que estamos realizando, indagamos e requeremos, ao Executivo Municipal:

1. Seja encaminhado a este Edil, cópia do contrato firmado com a empresa terceirizada em questão, assim como os atestes dos serviços prestados, referentes aos meses de novembro e dezembro, pelo servidor encarregado do acompanhamento da execução contratual.

2. Seja encaminhado cópia dos contratos de todas as empresas e pessoas prestadoras de serviços de oficinas e atividades nos Centros Culturais Municipais, cópia do ateste do serviços público responsável pela execução contratual, de que as atividades contratadas foram realizadas a partir da retomada do contrato respectivo, fotos das atividades realizadas, identificação do profissional preposto responsável pela execução das atividades/oficinas, horários em que ocorrem, quantidade



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

de usuários participantes, e remuneração que foram pagas aos mesmos, neste período a partir da retomada dos contratos.

Ante o exposto, com fundamento no inciso X, da alínea “a”, do artigo 8º da Lei Orgânica Municipal, REQUEREMOS à nobre Mesa Diretora desta Casa de Leis, na forma Regimental, e após ouvido o Plenário da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, seja oficiado ao Poder Executivo local, para que se manifeste no prazo legal, acerca das questões acima elencadas.

Sala das Sessões, 22 de dezembro de 2021.

MATHEUS MORENO
Vereador - MDB

